

Violência Doméstica, Empoderamento Feminino e a Dinâmica do Divórcio

Márcio Corrêa* Maurício Benegas†

Abstract

O divórcio tem aumentado significativamente nos últimos anos. As evidências apontam para um aumento de 400% na relação entre indivíduos divorciados e agentes ainda casados nos EUA, entre 1960 e 2015. O comportamento emocional dos parceiros, que muitas vezes termina em agressão verbal mútua e violência física, tem emergido como um dos principais fatores para se explicar o crescente aumento na taxa de divórcio. De acordo com os dados disponíveis para os países europeus, cerca de 25% das mulheres na Europa já foram vítimas de algum tipo de abuso físico. Nos EUA, os números são ainda mais alarmantes: cerca de 33% de todas as mulheres pesquisadas relataram que já foram violadas. Também é fato que algo em torno de 25 a 75% de todas as mulheres vítimas de violência doméstica ainda coabitam com seus parceiros, permanecendo vítimas constantes de violência. O objetivo deste trabalho é o de construir um modelo que explique a relação entre violência doméstica, divórcio e recasamento. Mostramos que o empoderamento das mulheres é um mecanismo que leva a uma redução na incidência da violência. Contudo, leva a um aumento na taxa de divórcios e uma queda no fluxo de recasamentos.

KEYWORDS: Mercado de Casamentos; Divórcio; Violência Doméstica; Recasamento; Desenvolvimento Econômico.

JEL CLASSIFICATION: J24; J31; J38; O11

*CAEN - Postgraduate Studies in Economics, Universidade Federal do Ceará, Brazil. Email: marciocorreacaen@caen.ufc.br

†CAEN - PostGraduate Studies in Economics, Universidade Federal do Ceará, Brazil. Email: benegas@caen.ufc.br. Os autores agradecem o apoio financeiro do Projeto Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - PCSVDF^{Mulher}.

1 Introdução

Existem muitas razões que levam um casal a dar um passo adiante em seu relacionamento. A vontade de ter filhos, a decisão de construir uma vida em conjunto ou mesmo a necessidade de cuidados ou de companhia mútua, na velhice, apresentam-se como os principais motivos que determinam a construção de um novo lar. Embora o casamento ainda represente, para alguns indivíduos, um pacto de amor eterno, a literatura econômica defende que o casamento também pode ser visto como uma decisão econômica e racional que pode, em algum dia, chegar a um fim. O casamento pode representar ainda, por exemplo, um seguro contra os períodos de desemprego ou como uma unidade mais eficiente de produção, dos bens de consumo doméstico (Weiss (1997)).

É um fato que a maioria das famílias ao redor do mundo ainda compartilha o mesmo teto. No entanto, a construção de uma nova família, nos últimos anos, não necessariamente envolve a formalização de um casamento. Desde 1950, a massa de indivíduos que decide adiar o casamento, ou até mesmo não se casar, tem aumentado. A decisão de coabitação tem se tornado cada vez mais uma regra do que uma exceção, na maioria dos lares.

De acordo com Lundberg and Pollak (2013), existe uma tendência para a redução, em termos globais, nas relações afetivas que geralmente terminam em casamento e um aumento no volume de divórcio nos Estados Unidos. Os autores defendem que os compromissos intertemporais, tradicionalmente relacionados ao casamento, vêm sendo questionados pelas recentes mudanças nas normas sociais e pelas novas leis de apoio às mulheres e à família. A idéia, anteriormente inaceitável pelos padrões sociais em vigor na época, de coabitação, bem como a facilidade, nos dias atuais, de obtenção do divórcio, têm deixado os indivíduos menos dispostos a lidar com comportamentos inadequados de seus parceiros. Greenwood, Guner, Kocharkov, and Santos (2016), por exemplo, apresentam evidências de um aumento de 400% na relação entre indivíduos divorciados e, agentes ainda casados, no EUA, entre 1960 e 2015. Estes números são ainda mais evidentes se considerarmos somente o grupo de indivíduos menos instruídos de nossa sociedade.

O comportamento emocional dos parceiros, que muitas vezes termina em agressão verbal mútua e violência física, tem emergido como um dos principais fatores para se explicar o crescente aumento na taxa de divórcio. Card and al. (2011), por exemplo, documentaram que os homens que sofrem fortes desilusões são mais propensos a cometer atos violentos contra seus familiares. Os autores destacaram que a violência doméstica é ainda mais forte nos finais de semana, onde o consumo de álcool e de drogas se torna mais evidente.

De acordo com os dados disponíveis para os países europeus, cerca de 25% das mulheres na Europa já foram vítimas de algum tipo de abuso físico. No EUA, por exemplo, os números são ainda mais alarmantes: cerca de 33% de todas as mulheres pesquisadas relataram que já foram violadas, pelo menos uma única vez, desde os seus dezoito anos de idade (Brassiolo (2016) e Eswaran and Malhotra (2011)). Por sua vez, com relação aos custos da violência doméstica, os dados do *Center of Disease Control* indicam que os custos direto e indiretos de violência doméstica estavam em torno de US\$ 6 bilhões, em 2003.

Em um estudo sobre os efeitos da violência doméstica sobre o processo de divórcio, Bowlus and Seitz (2006) verificou que as relações mais violentas são aquelas caracterizadas por um período inicial de agressões mútuas. Este processo, que começa com casamento ou com o simples processo de coabitação, continua até o início da violência verbal e física. Normalmente, as cônjuges que foram abusadas aprendem as consequências de suas decisões, tornando-se uma vítima silenciosa e impotente dos seus parceiros abusadores, caso não venham a abandonar o lar.

Um fato estilizado que domina a literatura da violência doméstica aponta que grande parte dos cônjuges que sofrem agressões geralmente retornam para casa, depois de um período fora do lar, retirando todas as acusações criminais contra os seus parceiros agressores. De acordo com o Strube (1998) algo em torno de 25 a 75% de todas as mulheres vítimas de violência doméstica retornam aos seus parceiros, depois de um breve período fora do lar.

Não existem dúvidas de que uma política direcionada a simplificar a dinâmica do processo de divórcio, e que reduza a convivência social entre vítima e agressor, pode ser eficaz na redução da violência doméstica. Como esta política reduz os custos da vítima de abandonar o abusador, a ameaça de divórcio se torna mais crível.

No entanto, a dependência financeira de alguns cônjuges, assim como a presença de crianças, em idades mais jovens, dentre outros fatores, tem demonstrado que algo a mais é necessário para se compreender o problema da violência doméstica (Tauchen and Witte (1995)). Brassiolo (2016), por exemplo, demonstrou que embora esta política tenha um impacto significativo sobre as famílias sem filhos, reduzindo o abuso e aumentando a incidência de divórcio, o mesmo não ocorre para as famílias com filhos. A necessidade de viver com o parceiro abusador, em função dos filhos, reduz a efetividade deste tipo de política.

O principal objetivo do presente projeto de pesquisa consiste em estudar estas evidências anteriormente apresentadas. Por que uma mulher que já foi vítima de violência doméstica decide retornar para sua casa e voltar a conviver com o seu parceiro agressor? Qual é o principal fator por trás da incidência da violência domés-

tica? O empoderamento da mulher exerce algum efeito nesta dinâmica? Quais suas consequências?

Além de responder as perguntas acima, estamos também interessados em avaliar o impacto do compromisso do cônjuge, na adoção de um comportamento não-violento, e o respectivo perdão de seu parceiro e o retorno ao ambiente familiar. Mais especificamente, estamos interessados em construir um modelo de equilíbrio geral com informações imperfeitas e com heterogeneidade entre os agentes. No modelo proposto, todos os indivíduos estão inicialmente casados. No entanto, estes podem se divorciar, permanecer separados ou regressar ao seu parceiro anterior. Os indivíduos também decidem seu nível ótimo de consumo e como alocar seu tempo de lazer entre os amigos e familiares.

No modelo proposto, os agentes decidem a quantidade de seu tempo de lazer a ser dedicado à sua família e aos seus amigos. No entanto, os agentes podem cometer excessos nos momentos de lazer com os amigos. Vamos supor, sem perda de generalização, que estes excessos geram impactos diretos negativos no bem-estar de seus cônjuges.

Estes constantes excessos, cometidos por algum dos cônjuges, podem acabar por destruir os vínculos familiares existentes e dar origem a violência doméstica e ao processo de divórcio. O simples fato de que alguns parceiros precisam dividir o mesmo teto, mesmo quando todos os laços familiares já foram destruídos, se apresenta como a principal razão para os atos recorrentes de violência doméstica, no modelo proposto. Em outras palavras, a combinação entre o consumo excessivo de álcool e as dificuldades econômicas e sociais relacionadas ao processo de divórcio são as grandes causas para o início e a perpetuação da violência no ambiente familiar.

Além desta breve introdução, existem mais três seções neste artigo. Na próxima seção é apresentada uma referência bibliográfica sobre os temas da violência doméstica e a dinâmica do processo de divórcio. A metodologia a ser adotada no desenvolvimento do referido trabalho é apresentada na seção seguinte. A última seção apresenta as principais conclusões.

2 Revisão da Literatura

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano

psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação¹.

Por sua vez, a artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 conhecida como "Lei Maria da Penha", tipifica a violência doméstica e familiar contra a mulher da seguinte forma:

- Violência contra a mulher - é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados;
- Violência familiar - violência que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa);
- Violência doméstica - quando ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

O combate à violência de gênero talvez seja um dos temas mais controversos da literatura econômica e social. Todos se assustam com a evidência de que uma em cada três mulheres no mundo já foram vítimas de algum tipo de abuso, ao longo de sua vida. Mais surpreendente ainda é o fato de que estes incidentes são cometidos, em sua grande maioria, não por agentes desconhecidos da vítima, em momentos inesperados. Eles ocorrem, em sua larga maioria, dentro de casa e, os principais agressores, são seus parceiros afetivos.

Também é fato que a violência doméstica é cometida, em sua grande maioria, pelo gênero masculino e, esta pode se apresentar de diversas formas e níveis. Segundo o relatório *Ending Violence Against Women (1999)*, publicado pelo *Center for Health and Gender Equality*, agressões físicas, violência sexual ou psicológica, abusos econômicos e mesmo a imposição de restrições de movimento e de liberdade, são exemplos comuns de atos citados pelas mulheres que já foram vítimas de algum tipo de violência cometida por seus parceiros. Também não é incomum o relato de agressões cometidas por homens, com vários anos de casados, contra suas mulheres. Tapas, chutes, sexo forçado e intimidações diversas, como a ameaça de morte, por exemplo, são exemplos comuns de atos de violência doméstica (Stevensson and Wolfers (2007) e Rainer (2013)).

¹É importante destacar que a definição dada pela OMS associa intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido.

Vale destacar ainda que a incidência da violência familiar de gênero não se limita a regiões mais pobres ou famílias com menor nível social e educacional. É um fenômeno global que afeta os mais diversos países, independentemente de sua religião, posição política, situação econômica ou origem social e cultural.

Para se ter uma idéia da dimensão da violência doméstica, segundo dados de mais de cinquenta pesquisas realizadas nos mais diversos países e, compiladas pelo *Center for Health and Gender Equity*, entre 10 e 50% de todas as mulheres casadas já sofreram algum tipo de violência física, por parte de seus parceiros. Deste montante, destaca-se que cerca de 70% já sofreram atos violentos graves, necessitando inclusive intervenção médica e hospitalar, em caráter emergencial².

Contudo, porque a mulher agredida simplesmente não larga seu parceiro agressor ao invés de viver em um ambiente cercado de violência, por longos períodos? O que a evidência empírica tem demonstrado é que devido ao medo de retaliação do marido, a dependência financeira da esposa, a ausência de um suporte familiar ou de amigos, a preocupação com os filhos em comum e até mesmo a ligação emocional e afetiva da mulher, ao seu parceiro violento, levam a que o divórcio não se apresente como a estratégia natural a ser seguida.

Segundo a teoria psicológica, que predominou durante o período anterior a década de 70, a dependência emocional e o comportamento masoquista de algumas mulheres eram tidos como os grandes responsáveis pela continuidade das relações afetivas caracterizadas pelo comportamento abusivo e violento. Contudo, esta teoria perdeu espaço, no início da década de 80, sendo substituída por explicações focadas na relação entre as atitudes pessoais e as características externas, relacionadas ao ambiente onde a pessoa está inserida (McGarry (2016)).

Segundo Saunders (2003), por exemplo, as razões da esposa não abandonar o lar violento podem estar relacionadas com a sua convivência, durante a infância, com pais violentos. Desta forma, os autores defenderam que alguns indivíduos tendem a aceitar, de forma mais passiva, os comportamentos violentos e abusivos dos seus parceiros, por o acharem natural. Por sua vez, segundo Button (2008), a vizinhança do casal com relatos de casos de violência seria o grande responsável por estas atitudes.

Um outro argumento, relacionado ao ambiente externo das mulheres, consiste no fato delas conviverem com a falta de apoio e suporte público e privado as suas

²Bowlus and Seitz (2006) verificaram que grande parte dos relacionamentos, onde a violência predomina, terminam em divórcio e que os relacionamentos violentos e os não violentos possuem características distintas: os casais de relacionamentos violentos têm, em média, menor nível de educação e vêm de famílias com um maior histórico de abuso familiar. Veja também Helweg-Larsen (2011) e Fernald (2013).

decisões de abandono do lar violento. Segundo esta teoria, é de esperar que mulheres que foram desamparadas, durante atos anteriores de violência, cometidos por seus parceiros e denunciados ao poder público, tendem a aceitar, silenciosamente, novos atos de agressão.

Também na linha dos estudos desenvolvidos pela teoria psicológica, Vanwallendael (2000) e Barbour (1984) defenderam que quanto mais forte for o sentimento de amor e fidelidade da mulher, ao seu parceiro, ou mesmo quanto maior for a dimensão de seus valores e crenças religiosas, mais provável será o nível de submissão desta mulher.

Desta forma, combater a violência doméstica não é uma tarefa fácil. Diversas sociedades possuem, inclusive, a violência contra a mulher pura e simplesmente como um mecanismo socialmente justificável (Pollak (2004)). Argumentos como: a esposa não obedeceu seu marido; ela respondeu o parceiro de forma desrespeitosa e ofensiva; a refeição não estava pronta no horário habitual e desejado pelo companheiro; a esposa questionou o marido acerca de sua saída com amigos ou com namoradas e amantes; ou rejeitou a prática de sexo, são argumentos justificáveis, em algumas sociedades, para que o homem agrida física e verbalmente sua esposa.

Para piorar a situação, ressalta-se que quando há queixas contra seus parceiros, muitas destas queixas estão relacionadas com a recorrência dos atos de violência. Em muitos casos, as mulheres chegam a denunciar seus parceiros violentos ao poder público. Contudo, o que se verifica, após alguns meses da denúncia inicial, é o ressurgimento do processo de agressão. Segundo Saunders (2003), os atos violentos cometidos pelos parceiros afetivos não cessam com o divórcio ou a separação física do casal. Na maioria dos casos as agressões aumentam, tanto em intensidade quanto em sua frequência, após a separação formal dos casais.

A literatura tem, em paralelo a estas teorias humanas e sociais, também buscado compreender a origem e as consequências da violência doméstica, assim como identificar os principais e mais eficientes mecanismos de combate.

Existem dois argumentos que predominam na literatura econômica. De um lado, temos a tese de que a violência doméstica surge como um mecanismo de domínio dos homens sobre seus filhos e parceiras. Neste cenário, a violência surge, por exemplo, quando o agressor possui uma opção externa muito baixa ou quando deseja obter algum ganho extra de seus parceiros, como é o caso citado por Rao (2002). Por outro lado, temos o argumento de que a violência surge como um fenômeno não voluntário associado ao desapontamento e a incapacidade de autocontrole. Card and al. (2011), em um estudo sobre os impactos da derrota do time de coração na violência familiar, verificaram um aumento de cerca 10% nas denúncias policiais de

maus tratos familiares. Segundo os autores, ao cruzar dados das agências de polícia de 750 cidades, durante os jogos de seis grandes times da NFL, ao longo de 12 anos, a violência domiciliar teve origem na derrota inesperada do time preferido, uma vez que para os jogos onde a derrota era certa, não se verificou variações significativas nas incidências familiares.

Eswaran and Malhotra (2011), em uma abordagem distinta, defendeu a existência de duas teorias que relacionam a violência familiar com o comportamento sexual dos parceiros afetivos. A primeira, denominada de teoria feminista, defende que os homens utilizam de todo os artifícios ao seu dispor - violência inclusive - para conter e dominar o comportamento de suas companheiras. A segunda, conhecida por teoria evolucionista, defende que os homens tendem a controlar o comportamento de suas parceiras, de forma a reduzir as incertezas relacionadas com a paternidade de seus filhos³.

Outros estudos, como Aizer (2010) e Wilson (2017), buscam compreender a relação entre a violência doméstica e o poder de barganha de cada parceiro, dentro do casamento. Segundo os estudos desenvolvidos nesta linha, aumentos nos salários das mulheres, por exemplo, levam a um aumento tanto na sua opção externa como no seu poder de barganha dentro do casamento, levando a uma redução na probabilidade da ocorrência de atos de violência. Ainda segundo Aizer (2010), as reduções no gap salarial entre homens e mulheres, ao longo dos últimos anos, tem cumprido um papel fundamental no aumento do poder de barganha feminino, reduzindo em cerca de 9% a incidência de violência familiar feminina, entre 1990 e 2003, nos Estados Unidos (Tiefenhaler (1997) and Wong (2014)).

Na mesma linha anterior, porém, ao adotar uma avaliação mais centrada na evolução da taxa ocupação, Wilson (2017) não encontrou evidências de que a violência doméstica seja resultado de aumentos relativos na taxa de desemprego feminina. Tauchen and Witte (1995), por sua vez, defendeu que o aumento na renda das mulheres só irá gerar um aumento na incidência da violência doméstica se a renda da mulher vir a superar a renda do marido.

Castro (2013) encontrou indícios de que os programas de transferência de renda (Programa Oportunidades, México) tendem a incrementar a probabilidade dos maridos virem a cometer atos de violência contra suas mulheres, enquanto que para Watts (2009), a relação entre a renda da mulher e o aumento na violência domiciliar, é incerta.

Destaca-se ainda na literatura os trabalhos, nos moldes dos estudos de Jovanovic

³Os autores verificaram, em um estudo empírico para a Índia, a existência de fortes indícios em favor da teoria evolucionista. Em outras palavras, a violência surge como uma retaliação dos homens ao comportamento mais sociável de suas esposas.

(1979) e Harris (1996), que buscam modelar a violência e o processo de separação como um mecanismo de aprendizagem. Segundo esta teoria, a qualidade de um relacionamento não é perfeitamente observável pelos agentes. Desta forma, a qualidade de um parceiro é um bem de experiência e somente com o passar do tempo é que os agentes descobrem as verdadeiras características de seus parceiros e que pode ocasionar em processos de divórcio (Eswaran and Malhotra (2011) e Cornelius (2003)).

Epstein (1999) defendeu que as mulheres e seus filhos representam o grupo mais suscetível de vir a sofrer atos de violência domiciliar, dado seu maior grau de vulnerabilidade. Desta forma, os estudos sobre o tema devem buscar avaliar os impactos de determinadas políticas públicas na redução da incidência da violência contra as crianças e mulheres.

Dentre as medidas que buscam inibir o surgimento e a continuidade dos processos de agressão, destaca-se o aprisionamento do agressor. Contudo, embora esta medida possa justificar, por si só, a efetividade deste tipo de intervenção, seus resultados empíricos, no médio prazo, são inconclusivos. Segundo Yvengar (2009), ao utilizar dados do FBI, existem fortes evidências de que os cônjuges agressores tendem a se vingar de seus delatores, ao saírem da prisão. A autora encontrou indícios de um aumento na taxa de homicídios cometidos por ex-parceiros anteriormente denunciados.

Tauchen and Witte (1995), por sua vez, realizaram um experimento, em parceria com o Departamento de Polícia de Minneapolis e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, onde os policiais participantes do projeto poderiam executar três ações possíveis, ao serem notificados de um caso de violência doméstica. Foi definida, de forma aleatória, que as ações policiais adotadas seriam: a imediata prisão do agressor, a separação temporária do casal e o aconselhamento ao casal. De acordo com os autores, a prisão imediata do agressor se apresentou como a medida mais efetiva de combate a violência doméstica. Os autores observaram ainda que o deflagrar da agressão doméstica aumenta a probabilidade do surgimento de novas agressões, em um período curto de tempo, conforme defendido por Yvengar (2009)⁴.

Bó (2009) constatou que cerca de 14.000 mulheres são violentadas, a cada dia, nos Estados Unidos. Se levarmos em consideração que entre 25 e 75% de todas as mulheres agredidas continuam convivendo com seus agressores (Barbour (1983)) e que grande parte destas mulheres retiram as acusações contra seus parceiros, verifica-se

⁴Tauchen and Witte (1995) constataram ainda que a violência familiar é um processo de baixa persistência, verificando que após seis meses do incidente denunciado à polícia, a probabilidade de ocorrência de uma nova agressão doméstica girou em torno de apenas 1%.

a urgência de se elaborar mecanismos mais eficazes de combate a violência familiar. Segundo os autores, é necessário se considerar um cenário onde as preferências femininas mudam, ao longo do tempo, para melhor se captar e compreender estes resultados anteriores. Defenderam que logo após a incidência do ato violento, existe uma forte disposição do agredido em denunciar o seu agressor. Contudo, com o passar do tempo, há um processo de revalorização da relação afetiva. Desta forma, a relação anteriormente preterida passa a ser desejada, aumentando a probabilidade de retorno da mulher agredida à convivência com seu parceiro agressor. Os autores verificaram ainda, através de uma política que impede a retirada das acusações legais contra o agressor, um aumento de cerca de 14% nas denúncias de violência doméstica e de 24% no número de prisões. Estes resultados apresentam indícios de que políticas desenhadas para combater as inconsistências dinâmicas no comportamento humano são efetivas.

Bó (2009) constatou que as regiões dos Estados Unidos que implementaram este tipo de política presenciaram uma redução entre 15 e 22% no número de homicídios cometidos pelas esposas de parceiros com forte histórico de violência familiar. Por sua vez, Stevansson and Wolfers (2006) observou uma redução de cerca de 30% nas denúncias de agressão doméstica e de 10% no volume de homicídios cometidos contra mulheres.

Gelles (1976), em um estudo que avalia o perfil das mulheres vítimas de agressão familiar e que retornaram a conviver com seus parceiros, verificou que as mulheres que são agredidas de forma menos frequente tendem a solicitar a intervenção policial. Contudo, aquelas mulheres que sofrem deste problema de forma mais constante tendem a se divorciar definitivamente de seus parceiros. Barbour (1983), por sua vez, verificou que a dependência psicológica e econômica seria a grande razão para as vítimas de agressão familiar ainda continuarem a viver com seus parceiros. Segundo os autores, quanto mais longa a relação, maior será a dependência da esposa ao ambiente construído com o parceiro e, menor a probabilidade de separação.

Tiefenthaler (1996) buscando entender as razões para os altos índices de retorno da mulher vítima de agressão ao mesmo lar que seu parceiro agressor, verificaram que os abrigos e instituições público e privadas de apoio a mulher agredida servem como um mecanismo de sinalização do perfil da esposa. Desta forma, é possível se obter uma redução na incidência de agressões familiares contra as mulheres que recorreram a instituições de apoio, devido a crença de que novos atos de violência serão novamente acompanhados de denúncia e abandono do lar.

O modelo proposto, e detalhadamente apresentado na próxima seção, esta relacionado com as literaturas anteriormente apresentadas e que estudam, isolada e

agregadamente, o comportamento social dos agentes econômicos; o consumo de álcool e os determinantes do auto-controle individual; e a violência doméstica e os elementos relacionados com o comportamento violento dos indivíduos.

Segundo Heaton (2012), o consumo de álcool gera, somente nos Estados Unidos, prejuízos econômicos que giram em torno de 84 bilhões de dólares anuais. Por sua vez, avaliando somente os crimes violentos, existem indícios de que cerca de 3 milhões de crimes cometidos, ao longo de um único ano, envolveram o consumo de álcool e que aproximadamente dois terços, de todas as acusações de atos de violência doméstica envolveram o consumo de bebida alcóolica. Deata forma, este trabalho também se relaciona com os estudos desenvolvidos por Angelucci (2008) e Zimmerman (2004), que buscam avaliar a relação entre o consumo excessivo de álcool e o comportamento violento dos agentes econômicos⁵.

Angelucci (2008), por exemplo, avaliou os impactos do programa de transferência de renda *Oportunidades*, no México, sobre o consumo de álcool e a incidência de comportamentos violentos dos homens contra as mulheres. A autora verificou que uma pequena transferência de renda leva a uma redução de cerca de 37% na incidência da violência familiar. Contudo, constatou ainda que uma política relacionada com transferências volumosas de renda levam a um efeito inverso, ou seja, a um aumento na incidência de atitudes violentas⁶.

Zimmerman (2004) defendeu que existem diversas explicações para a relação empírica positiva existente entre o consumo de álcool e o comportamento criminoso dos indivíduos (Markowitz and Grossman (1998), Markowitz (2005) e Markowitz, Cuellar, Conrad, and Grossman (2014)). Segundo o autor, a ingestão de doses elevadas de álcool leva a que, em uma perspectiva psico-farmacológica, os indivíduos percam a noção do correto e do justo, aumentando a probabilidade de correr riscos e tomar decisões anteriormente impensáveis. Em outras palavras, o autor defendeu que o consumo excessivo de álcool leva os agentes a tomar decisões de forma míope, menos correta, avaliando equivocadamente todas as consequências e os retornos obtidos com suas atitudes⁷.

Zimmerman defendeu ainda que a bebida pode também aumentar o nível de

⁵Segundo Marcus and Siedler (2015) o consumo excessivo de álcool esta relacionado com diversas consequências negativas sobre os indivíduos, tais como: uma maior propensão a cometer crimes e atos violentos, uma maior probabilidade de cometer suicídio e de adotar comportamentos sexuais arriscados, uma menor taxa de empregabilidade e um pior desempenho escolar.

⁶Este resultado empírico dá suporte às teorias econômicas da barganha familiar e do papel da cultura tradicional machista no comportamento agressivo dos homens.

⁷Card and at al. (2011) defendeu a existência de um mecanismo semelhante ao proposto por Zimmerman, que relaciona o consumo de álcool com os desapontamentos individuais e a violência doméstica. Segundo os autores, a violência doméstica pode surgir como resultado da combinação entre a desilusão e o consumo de bebida alcóolica.

vulnerabilidade de um indivíduo. Isto ocorre, segundo o autor, mesmo no caso extremo, onde o indivíduo não tenha participado efetivamente da atividade criminosa. O simples fato dele se encontrar mais vulnerável, com uma menor probabilidade de auto-defesa ou de reconhecimento do ato ilegal ou a forma correta em que este ocorreu, pode torná-lo mais suscetível a ser acusado, inclusive injustamente.

É comum escutarmos casos de conflito entre casais decorrente do tempo de ausência do lar do marido e do consumo de álcool, por exemplo. Grande parte dos relatos demonstram ainda que não é incomum o fato das desavenças, inicialmente com características banais e de baixas proporções, evoluírem para cenários mais graves, incluindo agressões físicas e psicológicas. Vale destacar ainda, que na grande maioria dos casos, o consumo de álcool se apresenta como um dos principais, e mais agravantes, ingredientes.

A grande inovação do presente trabalho consiste em modelar o comportamento do indivíduo agredido, que tenha decidido anteriormente abandonar o lar, retorne para o convívio de seu parceiro afetivo. Naturalmente, existem inúmeras dificuldades conceituais envolvendo a a decisão de saída e de retorno. A principal, consiste na hipótese da racionalidade dos agentes econômicos. Uma vez tomada uma decisão, esta é tomada de forma ótima, ao se utilizar todas as informações disponíveis, no momento, para o indivíduo. Desta forma, é impossível se considerar uma hipótese que evidencie o arrependimento e a racionalidade dos agentes econômicos.

A abordagem que utilizaremos adota, fundamentalmente, as seguintes suposições. Primeiramente, como a decisão de separação da vítima de agressão é o resultado de decisões unilaterais, tomadas pelo marido, este pode vir a se arrepender e rever suas decisões. Desta forma, é de se esperar que os agentes econômicos adotem comportamentos outros, que não o anteriormente tomado, e que levem ao convencimento de sua esposa da importância de se reatar a relação afetiva. Para implementar esta primeira hipótese, vamos considerar, adicionalmente, que o valor obtido no cenário de divorciado/separado dos agentes não é o mesmo obtido como solteiro. Em outras palavras, existe um custo, não monetário, relacionado exclusivamente ao estado de divórcio, que diferencia a transição entre este estado e o de solteiro para o estado de casado - estigma social. Desta forma, haverá um intervalo onde é possível haver ganhos estritamente positivos de utilidade e que levem ao retorno da mulher ao convívio com o marido anteriormente tido como agressor.

Embora o trabalho aqui desenvolvido tenha forte ligação com a literatura anteriormente apresentada, a nosso ver, este é o primeiro trabalho a relacionar o consumo de álcool, a violência doméstica e o processo de barganha familiar como determinantes do divórcio e da dinâmica de retorno à convivência familiar com o compan-

heiro agressor. Em nosso modelo, o desejo de mudança, por parte do companheiro agressor, permitem, a um custo relacionado diretamente com a externalidade gerada pelo consumo de álcool, o retorno do parceiro anteriormente agredido ao lar.

3 Modelo

O modelo básico é composto por uma população finita de indivíduos, dos sexos masculino e feminino, que participam de um mercado imperfeito de casamentos. Vamos supor que o tempo é contínuo e cada indivíduo possui uma única unidade de tempo, que o aloca entre o trabalho e o lazer. Os agentes também decidem seu consumo ótimo, ao longo do tempo, em um mercado competitivo com dois bens de consumo final.

Vamos considerar que cada agente oferta, de forma inelástica, uma fração de sua única unidade de tempo às empresas, em troca de um salário competitivo, w_g , onde $g = \{H, M\}$ está relacionado com o gênero do indivíduo⁸. O restante do tempo disponível é gasto em lazer. Vamos supor que o tempo total de lazer é definido, de forma ótima, entre o tempo dispendido com sua família e o tempo utilizado com os amigos.

Existem dois bens de consumo sendo produzidos, de forma competitiva, em cada período de tempo: um bem de consumo final (c) e bebida alcólica (a). Vamos supor que os preços destes dois bens são iguais e normalizados em um e considere, sem perda de generalidade, que o álcool só é consumido nos momentos de lazer do indivíduo com seus amigos.

Os indivíduos são heterogêneos: quanto ao número de amigos que cada um possui, N ; quanto ao nível de auto-controle pessoal, σ ; e quanto ao nível de tolerância que cada agente tem com relação aos seus parceiros, l ⁹.

Considere o nível de tolerância como o tempo máximo que cada indivíduo admite que seu parceiro se dedique, de seu tempo total disponível para a família e os amigos, ao lazer com seus amigos. Por sua vez, seja o nível de auto-controle um parâmetro individual que limita o consumo de álcool dos indivíduos. Em outras palavras, este parâmetro se relaciona à capacidade, que cada indivíduo possui, de estabelecer limites ao consumo de álcool e a convivência, em seus momentos de lazer, com seus amigos.

⁸Note que estamos considerando, com esta hipótese, que a renda obtida pelo marido e esposa é distinta, de forma a captar diferenças de produtividade entre gêneros ou mecanismos de discriminação de renda. H representa o salário do homem e M o da mulher, respectivamente.

⁹Considere, ao longo desta seção, que as mulheres são indexadas pelo termo i e, os homens, pelo termo j . Seja ainda (ij) o índice relacionado a um casal formado por uma mulher do tipo i e um homem do tipo j .

Vamos supor que cada indivíduo toma suas decisões de forma individualizada e que as características individuais (N, σ, l) são tratadas, ao longo do modelo, como variáveis aleatórias independentes, tais que, para uma mulher do tipo i , temos que¹⁰:

- i. $N_i \sim P^M _ \{0, 1, 2, \dots, N^M\}$, onde $N^M < \infty$ e P^M é uniformemente discreta;
- ii. $l_i \sim F^M _ [0, 1]$, onde F^M é absolutamente contínua;
- iii. $\sigma_i \sim H^M _ [0, \phi^M N^M]$, onde H^M é absolutamente contínua¹¹.

O mercado de casamento é imperfeito no sentido de que as características individuais só são reveladas, a seu parceiro, ao longo do tempo. Desta forma, quaisquer indivíduos casados podem vir a se divorciar, a medida que o perfil de seu parceiro é revelado.

Vamos supor, sem perda de generalidade, que todos os indivíduos estão inicialmente casados. Desta forma, estamos interessados em avaliar se estes se divorciam ou não e, caso tenham decidido se divorciar, se estes permanecem separados ou se retornam ao lar, com seu ex-companheiro.

Considere a existência de uma relação positiva entre a massa de amigos que decide acompanhar um homem j , casado com uma mulher i , em seu momento de lazer, e o consumo de álcool. Por sua vez, seja $\phi_g N_{g,ij}$, onde $0 < \phi_g < 1$, a medida de amigos que decidem acompanhar o indivíduo j , casado com uma mulher do tipo i , em seu momento de lazer. Assim, temos que:

$$\max_{c_{g,ij}, a_{g,ij}, L_{g,ij}^F, L_{g,ij}^A} (c_{g,ij})^{\eta_g} (a_{g,ij})^{\theta_g} [(L_{g,ij}^A)^{\gamma_g} + (L_{g,ij}^F)^{\gamma_g}]^{\frac{1-\eta_g-\theta_g}{\gamma_g}} + \delta_g [l_{g,ij} - L_{-g,ij}^A], \quad (1)$$

sujeito a

$$w_g(1 - L_{g,ij}^F - L_{g,ij}^A) \geq c_{g,ij} + a_{g,ij}, \quad (2)$$

$$a_{g,ij} = \phi_g N_{g,ij} L_{g,ij}^A - \sigma_{g,ij}, \quad (3)$$

caracteriza a decisão ótima de um indivíduo de gênero g , no casamento ij , em cada instante do tempo t .

Note, da expressão (1), que $l_{g,ij}$ equivale ao nível de tolerância do indivíduo de gênero g , em um casamento ij , quanto ao nível máximo de tempo com que seu

¹⁰Note que usaremos a notação $X_{g,ij}$ para caracterizar a variável de interesse X , correspondente ao gênero g , no casamento ij . Por sua vez, $X_{-g,ij}$ caracteriza a variável de interesse correspondente ao gênero oposto. Os termos X_i e X_j caracterizam a mesma variável de interesse para a mulher e o homem, não casados, respectivamente.

¹¹Note que podemos, da mesma forma, definir as características dos homens. Serão variáveis aleatórias independentes tais que $N_j \sim P^H _ \{0, 1, 2, \dots, N^H\}$, $l_j \sim F^H _ [0, 1]$ e $\sigma_j \sim H^H _ [0, \phi^H N^H]$, respectivamente.

parceiro passa com seus amigos. Por sua vez, $L_{-g,ij}^A$, representa o tempo de lazer efetivamente gasto, pelo parceiro, com seus amigos.

Por sua vez, o problema de uma mulher do tipo i , solteira, é dado por¹²:

$$\max_{c_i, a_i, L_i^A} (c_i)^{\eta_M} (a_i)^{\theta_M} (L_i^A)^{1-\eta_M-\theta_M} \quad (4)$$

sujeito a

$$w_M(1 - L_i^A) \geq c_i + a_i, \quad (5)$$

$$a_i = \phi_M N_i L_i^A - \sigma_i. \quad (6)$$

Estas expressões anteriores merecem alguns comentários. Vamos supor que estamos interessados em avaliar o comportamento ótimo de uma mulher, do tipo i , casada com um indivíduo do tipo j . Note que a expressão (2) equivale a restrição orçamentária de uma mulher que dedica $(1 - L_{M,ij}^F - L_{M,ij}^A)$ de seu tempo ao trabalho. Os termos $L_{M,ij}^F$ e $L_{M,ij}^A$ representam, respectivamente, o tempo de lazer dedicado à família e aos amigos. A expressão (3), por sua vez, determina o consumo de álcool de uma mulher do tipo i , nos momentos de lazer com os amigos. Note, desta expressão, que o consumo de álcool cresce com $\phi_M N_{M,ij}$ e diminui com o nível de auto-controle do indivíduo¹³. A expressão (1) caracteriza a utilidade da mulher do tipo i , em um casamento do tipo ij . Observe que o último termo desta expressão está relacionado com o nível de tolerância da mulher, quanto ao tempo dedicado pelo seu meu marido ao convívio com os amigos. Observe que no caso particular em que $[l_{M,ij} - (L_{H,ij}^A)^{\gamma_g}] < 0$, o tempo do homem, com seus amigos, gera uma externalidade negativa sobre sua esposa¹⁴.

O problema de uma mulher solteira, do tipo i , definido pelas expressões (4) – (6), tem interpretação que se assemelha ao problema (1) – (3). As únicas diferenças, entre os dois problemas, estão no fato de que a mulher solteira não sofre nenhuma externalidade negativa de seu parceiro e que a esta não dedica parte alguma de seu tempo de lazer ao convívio com seu parceiro afetivo.

A maximização de utilidade produz as seguintes funções, para um indivíduo do

¹²O problema do homem do tipo j , solteiro, é determinado de forma semelhante.

¹³Note, novamente, que esta expressão garante que quanto maior o número de amigos que decidem sair juntos, mais agradável será o tempo de lazer e, desta forma, maior será o consumo individual de álcool, $a_{M,ij}$. Por sua vez, quanto maior o nível de auto-controle individual, $\sigma_{M,ij}$, menor será o consumo de álcool.

¹⁴Note que é assumido que $\delta_g > 0$.

gênero g , em um casamento (ij) :

$$c_{g,ij}^* = \frac{(1 + \varepsilon_g)\eta_g\phi_g N_{g,ij}}{\theta_g} \Psi_{g,ij} - \frac{(1 + \varepsilon_g)\eta_g\sigma_{g,ij}}{\theta_g}, \quad (7)$$

$$a_{g,ij}^* = \phi_g N_{g,ij} \Psi_{g,ij} - \sigma_{g,ij}, \quad (8)$$

$$L_{g,ij}^{A*} = \Psi_{g,ij}; \quad (9)$$

$$L_{g,ij}^{F*} = \left(\frac{\Psi_{g,ij}}{\left(1 - \varepsilon_g \frac{\phi_g N_{g,ij}}{w_g}\right)^{\frac{1}{\gamma_g - 1}}} \right); \quad (10)$$

$$\Psi_{g,ij} = \frac{(1 - \varepsilon_g \frac{\phi_g N_{g,ij}}{w_g})^{\frac{1}{\gamma_g - 1}} [\gamma_g w_g + (\gamma_g + (1 + \varepsilon_g)\eta_g)\sigma_{g,ij}]}{\gamma_g w_g + (1 - \varepsilon_g \frac{\phi_g N_{g,ij}}{w_g})^{\frac{1}{\gamma_g - 1}} [\gamma_g w_g + (\gamma_g + (1 + \varepsilon_g)\eta_g)\phi_g N_{g,ij}]} \quad (11)$$

Vamos supor que $\varepsilon_g < \frac{w_g}{\phi_g N_{g,ij}}$, a fim de garantir soluções reais e finitas para o sistema (7) – (11). A função de utilidade indireta de um indivíduo do gênero g , em um casamento ij , é dada por:

$$v_{g,ij}(w_g, \sigma_{g,ij}, \phi_g N_{g,ij}, \varepsilon_g) = U_{g,ij}(c_{g,ij}^*, a_{g,ij}^*, L_{g,ij}^{A*}, L_{g,ij}^{F*}). \quad (12)$$

Pode-se facilmente demonstrar, através do Teorema do Envelope, que:

$$\frac{\partial v_{g,ij}}{\partial w_g} > 0;$$

$$\frac{\partial v_{g,ij}}{\partial \phi_g N_{g,ij}} > 0;$$

$$\frac{\partial v_{g,ij}}{\partial \sigma_{g,ij}} < 0.$$

Observe, das expressões anteriores, que se a renda ou a massa de amigos que decide sair junto com um indivíduo aumentar, o bem-estar do indivíduo do tipo i casado com j também aumenta. Por sua vez, quanto maior for o grau de auto-controle de um agente específico, menor será seu nível de bem-estar. Note que o auto-controle exerce um efeito negativo sobre a utilidade indireta do indivíduo. Quanto maior for o nível de auto-controle individual, menor será a utilidade instantânea do agente. Contudo, veremos, no problema inter-temporal dos indivíduos, que esta variável será determinante na manutenção da estabilidade dos casamentos. Os casais compostos por indivíduos com maiores níveis de auto-controle irão, em equilíbrio, consumir menos álcool. Estes estarão ainda menos sujeitos a passarem

por problemas que podem culminar em violência doméstica e são menos prováveis de passar por experiências de divórcio e de recasamento.

A solução do problema de maximização de utilidade de uma mulher do tipo i , solteira, é dada por¹⁵:

$$c_i^* = \frac{[w_M - (1 + \varepsilon_M)\phi_M N_i]\eta_M(1 + \varepsilon_M)\sigma_i}{\phi_M N_i(1 - \eta_M)(1 + \varepsilon_M) - \theta_M w_M}, \quad (13)$$

$$a_i^* = \frac{[w_M - (1 + \varepsilon_M)\phi_M N_i]\theta_M \sigma_i}{\phi_M N_i(1 - \eta_M)(1 + \varepsilon_M) - \theta_M w_M}, \quad (14)$$

$$L_i^{A*} = \frac{(1 - \eta_M - \theta_M)(1 + \varepsilon_M)\sigma_i}{\phi_M N_i(1 - \eta_M)(1 + \varepsilon_M) - \theta_M w_M}. \quad (15)$$

Por sua vez, a função de utilidade indireta da mulher solteira é dada por:

$$v_i(w_M, \sigma_i, \phi_M N_i, \varepsilon_M) = U_i(c_i^*, a_i^*, L_i^{A*}). \quad (16)$$

Dadas as decisões instantâneas ótimas, veremos agora a caracterização dinâmica do problema dos agentes econômicos. Note que estamos interessados em avaliar, em cada instante do tempo, se um indivíduo do gênero g , casado, permanece neste estado ou decide se divorciar.

Vamos supor, sem perda de generalidade, que o indivíduo casado que decide se divorciar, pode, no período seguinte: permanecer divorciado ou retornar ao seu parceiro anterior, a que chamaremos, de recasamento.

Todo indivíduo é potencialmente agressivo. Contudo, vamos considerar que este comportamento agressivo individual não necessariamente implica em um processo que culmina na violência doméstica. Em outras palavras, vamos supor que existe uma probabilidade positiva da agressividade do indivíduo se converter em violência p , contra seu parceiro, caso o agente não tenha passado por nenhum tipo de tratamento. Por sua vez, vamos considerar que $q \leq p$ representa a probabilidade do indivíduo, que passou por algum tipo de tratamento especializado, vir a agredir seu parceiro afetivo. Assim, temos que:

¹⁵O problema do homem pode ser obtido de forma semelhante. Teremos, respectivamente:

$$c_j^* = \frac{[w_H - (1 + \varepsilon_H)\phi_H N_j]\eta_H(1 + \varepsilon_H)\sigma_j}{\phi_H N_j(1 - \eta_H)(1 + \varepsilon_H) - \theta_H w_H},$$

$$a_j^* = \frac{[w_H - (1 + \varepsilon_H)\phi_H N_j]\theta_H \sigma_j}{\phi_H N_j(1 - \eta_H)(1 + \varepsilon_H) - \theta_H w_H};$$

$$L_j^{A*} = \frac{(1 - \eta_H - \theta_H)(1 + \varepsilon_H)\sigma_j}{\phi_H N_j(1 - \eta_H)(1 + \varepsilon_H) - \theta_H w_H}.$$

	Sem Ajuda	Com Ajuda
Agride	p	q
Não Agride	1 - p	1 - q

representa a probabilidade de violência doméstica, em cada estado da natureza. Finalmente, vamos assumir que o nível de agressividade de um agente pode ser potencializado com o consumo de álcool, ou seja:

$$p(a_i) = Pr[Agredir/SemAjuda, a_i];$$

$$q(a_i) = Pr[Agredir/ComAjuda, a_i];$$

onde é assumido, adicionalmente, que:

- $p(a_i)$ é uma função duas vezes diferenciável tal que $p'(a_i) > 0$ e $p''(a_i) > 0$;
- $p(0) = \bar{p} > 0$;
- Para qualquer consumo de álcool $a_i \geq 0$, $q(a_i) = p(a_i) - \bar{p}$ ¹⁶.

Seja $V_{g,ij}$ a função valor de um indivíduo do gênero g , do tipo i , em um casamento com um homem do tipo j . Por sua vez, V_i (V_j) equivale a função valor de uma mulher do tipo i (um homem do tipo j) divorciada(o). Temos então que:

$$rV_{M,ij} = v_{M,ij} - p_H(a_{H,ij})\Gamma_{M,ij} + \max\{V_{M,ij}; V_i - d_M\} + \frac{dV_{M,ij}}{dt}; \quad (17)$$

$$rV_i = v_i - c_i + \max\{V_i; V_{M,ij} + p_H(a_{H,ij})\Gamma_{M,ij} - q_H(a_{H,ij})(\Gamma_{M,ij} - \xi_{M,ij})\} + \frac{dV_i}{dt}; \quad (18)$$

equivale ao problema de uma mulher do tipo i .

Note, da expressão (17), que o primeiro termo da direita representa a utilidade indireta instantânea de uma mulher do tipo i casada com um homem do tipo j . O termo $p_H(a_{H,ij})$ capta a probabilidade desta mulher sofrer uma agressão de seu companheiro, caso este tenha consumido $a_{H,ij}$. Note que, neste cenário, a mulher i sofre uma desutilidade dada por $\Gamma_{M,ij} > 0$. O termo que segue na expressão (17) caracteriza a escolha ótima entre a permanência, como casada, com o homem j , ou o divórcio. Observe ainda que, neste último caso, existe um custo d_M associado ao processo de divórcio.

¹⁶Note que estamos assumindo, com estas hipóteses, que a distribuição de probabilidade da ocorrência da violência doméstica não sofre mudanças, exceto, quando o consumo de álcool se altera.

A expressão (18) se assemelha a expressão anterior. A diferença reside no fato de que, no processo de retorno ao ex-companheiro, a mulher anteriormente agredida exige o pagamento, em termos de utilidade, de todos os prejuízos associados à violência recebida. A mulher divorciada sofre, em cada período do tempo, um custo additional relacionado ao estigma social, c_i ¹⁷.

Note ainda, de (18), que com probabilidade $q_H(a_{H,ij})$ a mulher volta a ser agredida, no retorno à convivência com seu ex-parceiro. Para cobrir este risco, a vítima da violência exige o pagamento de $\xi_{M,ij} - \Gamma_{M,ij} > 0$, de forma a cobrir a externalidade negativa gerada.

Definition 1 *O equilíbrio no estado estacionário do modelo, com possibilidade de divórcio e recasamento, é dado pelo vetor $(\bar{a}_{M,ij}, \bar{a}_{H,ij}, \bar{\xi}_{M,ij}, \bar{\xi}_{H,ij})$, que resolve as expressões (18) – (20), para os dois gêneros.*

O equilíbrio é caracterizado por regras ótimas que definem o nível de consumo de álcool de reserva, do parceiro, que leva a decisão do divórcio, para cada gênero, $(\bar{a}_{M,ij}, \bar{a}_{H,ij})$ e níveis de reserva $(\bar{\xi}_{M,ij}, \bar{\xi}_{H,ij})$ que determinam o processo de recasamento¹⁸. As expressões que caracterizam as decisões ótimas, para uma mulher do tipo i e um homem do tipo j são, respectivamente, dadas por:

$$\begin{aligned} p_M(\bar{a}_{M,ij}) &= \frac{(v_{W,ij} - v_i) + (rd_W + C_{W,ij})}{\Gamma_{W,ij}}; \\ \pi_M(\bar{a}_{M,ij})\Gamma_{W,ij} + rq_W(\bar{a}_{W,ij})\bar{\varepsilon}_{M,ij} &= (v_{W,ij} - v_i) - C_{g,ij}; \\ p_W(\bar{a}_{W,ij}) &= \frac{(v_{M,ij} - v_j) + (rd_M + C_{M,ij})}{\Gamma_{M,ij}}; \\ \pi_W(\bar{a}_{W,ij})\Gamma_{M,ij} + rq_M(\bar{a}_{M,ij})\bar{\varepsilon}_{W,i} &= (v_{M,ij} - v_j) - C_{M,ij}. \end{aligned}$$

Note que se $a_{M,ij} \geq \bar{a}_{M,ij}$ é vantajoso para a mulher o divórcio, uma vez que o valor obtido como divorciada supera os ganhos advindos do casamento com um homem do tipo j . Por sua vez, sempre que $a_{M,ij} < \bar{a}_{M,ij}$ é vantajoso a manutenção do casamento. Se $\xi_{M,ij} \geq \bar{\xi}_{M,ij}$, vale a pena o retorno da mulher ao casamento anteriormente rompido. A figura 1 caracteriza o equilíbrio.

¹⁷Note que as expressões que caracterizam a função valor do homem, divorciado e casado, com uma mulher do tipo i ; se assemelham às funções (17) – (18).

¹⁸Basta utilizar a propriedade de reserva nas expressões (17) e (18), para se determinar $\bar{a}_{g,ij}$ e $\bar{\xi}_{g,ij}$ de equilíbrio para cada gênero.

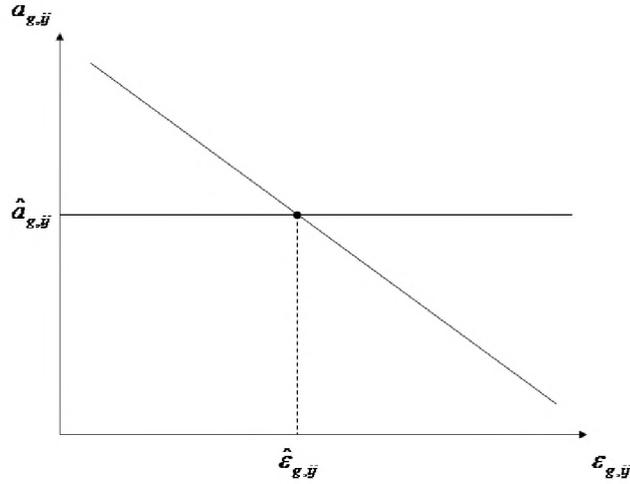


Figure 1: Equilíbrio

4 Empoderamento Feminino e a Dinâmica do Divórcio

Vimos na seção anterior o modelo básico e o equilíbrio no mercado de casamentos. Nesta seção, veremos o impacto do aumento no empoderamento das mulheres na dinâmica do divórcio e do recasamento. A proposição caracteriza o impacto de uma queda em d_M .

Proposition 2 *Considere uma redução em d_M . Temos:*

- (i) *Uma redução em $\bar{a}_{M,ij}$;*
- (ii) *Um aumento em $\bar{\varepsilon}_{M,ij}$.*

Note que um aumento no empoderamento feminino leva a uma queda em $\bar{a}_{M,ij}$ e um aumento em $\bar{\varepsilon}_{M,ij}$. Em outras palavras, quanto menor for o termo d_M , menor será o valor de reserva $\bar{a}_{M,ij}$ e maior será a massa de mulheres que decidirão se divorciar. O aumento em $\bar{\varepsilon}_{M,ij}$, por sua vez, implica que maior será a exigência feminina para um possível retorno ao lar - a opção de recasamento.

5 Concluding remarks

O comportamento emocional dos parceiros, que muitas vezes termina em agressão verbal mútua e violência física, tem emergido como um dos principais fatores para se explicar o crescente aumento na taxa de divórcio. É fato que a combinação entre choques emocionais negativos e o consumo excessivo de álcool se apresentam como um dos principais estopins para a dinâmica da violência feminina e familiar.

Um fato estilizado que domina a literatura da violência doméstica aponta que grande parte dos cônjuges que sofrem agressões geralmente retornam para casa, depois de um período fora do lar, retirando todas as acusações criminais contra os seus parceiros agressores. Desta forma, políticas de suporte a mulher, através do empoderamento feminino e redução dos custos de abandono do lar violento tem se destacado na literatura.

O objetivo principal do presente trabalho consiste em avaliar o impacto da redução nos custos do divórcio sobre a violência doméstica, o divórcio e a dinâmica do recasamento. Verificamos que esta política é efetiva na redução da violência doméstica, uma vez que as mulheres se tornam mais exigentes no comportamento social de seus parceiros. Há uma queda na tolerância feminina e um aumento no fluxo de saída de mulheres do lar violento. Contudo, verificamos também uma redução no processo de recasamento. Como as mulheres se tornam mais exigentes, maior deverá ser o custo associado ao parceiro, anteriormente agressor, em um processo de recasamento.

References

- AIZER, A. (2010): “The Gender Wage Gap and Domestic Violence,” *American Economic Review*, 100(4), 1847–1859.
- ANGELUCCI, M. (2008): “Love on the Rocks: Domestic Violence and Alcohol Abuse in Rural Mexico,” *The B.E. Journal of Economic Analysis Policy*, 08(01), 1–41.
- AVALOS, A., AND A. SAVVIDES (2006): “The Manufacturing Wage Inequality in Latin America and East Asia: Openness, Technology Transfer, and Labor Supply,” *Review of Development Economics*, 10(4), 553–576.
- BARBOUR, M. S. . L. (1983): “The Decision to Leave an Abusive Relationship: Economic Dependence and Psychological Commitment,” *Journal of Marriage and the Family*, volume = 45, pages = 785–793.

- BARBOUR, M. S. . L. (1984): “Factors Related to the Decision to Leave an Abusive Relationship,” *Journal of Marriage and the Family*, 46, 837–844.
- BILS, M., AND P. KLENOW (2000): “Does Schooling Cause Growth?,” *American Economic Review*, 90(5), 1160–1183.
- BIRDSALL, N., D. ROSS, AND R. SABOT (1995): “Inequality and Growth Reconsidered: Lessons from East Asia,” *The World Bank Economic Review*, 9(3), 477–508.
- BÓ, A. A. . P. D. (2009): “Love, Hate and Murder: Commitment Devices in violent relationship,” *Journal of Public Economics*, volume = 93, number = 3-4, pages = 412–428.
- BOSCH, M., AND J. ESTEBAN-PRETEL (2012): “Job Creation and Job Destruction in the Presence of Informal Markets,” *Journal of Development Economics*, 98(02), 270–286.
- BOWLUS, A., AND S. SEITZ (2006): “Domestic Violence, Employment and Divorce,” *International Economic Review*, 47(4), 1113–1149.
- BRASSIOLO, P. (2016): “Domestic Violence and Divorce Laws: When Divorce Threats Become Credible,” *Journal of Labor Economics*, 34(2), 443–477.
- BUTTON, D. (2008): “Social Disadvantage and Family Violence: Neighborhood Effects on Attitudes about Intimate Partner Violence and Corporal Punishment,” *American Journal of Criminal Justice*, volume = 33, pages = 130–147.
- CARD, D., AND AT AL. (2011): “The Labor Market Impacts of Youth Training in the Dominican Republic,” *Journal of Labor Economics*, 29(2), 267–300.
- CASTRO, G. B. . M. G.-B. . R. (2013): “Public Transfers and Domestic Violence: The Roles of Private Information and Spousal Conflict,” *American Economic Review: Economic Policy*, 5(1), 179–205.
- CORNELIUS, T. (2003): “A Search Model of Marriage and Divorce,” *Review of Economic Dynamics*, volume = 6, pages = 135–155.
- EPSTEIN, D. (1999): “Effective Intervention in Domestic Violence: Rethinking the Roles of Prosecutors, Judges, and the Court System,” *Yale Journal of Law and Feminism*, volume = 11, number = 1, pages = 3–50.
- ESWARAN, M., AND N. MALHOTRA (2011): “Domestic Violence and Women’s Autonomy in Developing Countries: Theory and Evidence,” *Canadian Journal of Economics*, 44(4), 1222–1263.

- FERNALD, M. H. . L. (2013): “Cash Transfers and Domestic Violence,” *Journal of Health Economics*, volume = 32, pages = 304–319.
- GELLES, R. (1976): “Abused Wives: Why do they Stay?,” *Journal of Marriage and the Family*, volume = 38, pages = 659–668.
- GREENWOOD, J., N. GUNER, G. KOCHARKOV, AND C. SANTOS (2016): “Technology and the Changing Family: A Unified Model of Marriage, Divorce, Educational Attainment, and Married Female Labor-Force Participation,” *American Economic Review*, 8(1), 1–41.
- HARRIS, L. F. . C. (1996): “Learning, Wage Dynamics, and Firm-Specific Human Capital,” *Journal of Political Economy*, volume = 104, number = 4, pages = 838–868.
- HEATON, P. (2012): “Sunday Liquor Laws and Crime,” *Journal of Public Economics*, volume = 96, number = 1-2, pages = 42–52.
- HELWEG-LARSEN, M. K. . J. S. . H. B.-H. . K. (2011): “The Health Care Costs of Violence Against Women,” *Journal of Interpersonal Violence*, volume = 31, number = 17, pages = 3494–3508.
- HOSIOS, A. (1990): “On the Efficiency of Matching and Related Models of Search and Unemployment,” *Review of Economic Studies*, 57(2), 279–298.
- JOVANOVIĆ, B. (1979): “Job Matching and the Theory of Turnover,” *Journal of Political Economy*, volume = 87, number = 5, pages = 972–990.
- LUNDBERG, S., AND R. POLLAK (2013): *Cohabitation and the Uneven Retreat From Marriage in the U.S., 1950-2010*.
- MARCUS, J., AND T. SIEDLER (2015): “Reducing Binge Drinking? The Effect of a Ban on Late-Night Off-Premise Alcohol Sales on Alcohol-Related Hospital Stays in Germany,” *Journal of Public Economics*, (123), 55–77.
- MARKOWITZ, S. (2005): “Alcohol, Drugs and Violent Crimes,” *International Review of Law and Economics*, 25, 20–44.
- MARKOWITZ, S., A. CUELLAR, R. CONRAD, AND M. GROSSMAN (2014): “Alcohol Control and Foster Care,” *Review of Economics of the Household*, 4(12), 598–612.
- MARKOWITZ, S., AND M. GROSSMAN (1998): “Alcohol Regulation and Domestic Violence Towards Children,” *Contemporary Economic Policy*, 3(16), 309–320.

- MCGARRY, P. A. . K. D. . J. (2016): “A Literature Review of Intimate Partner Violence and its Classifications,” *Aggression and Violent Behaviour*, volume = 31, pages = 16–25.
- PISSARIDES, C. (2000): *Equilibrium Unemployment Theory*. Oxford: Basil Blackwell.
- POLLAK, R. (2004): “An Intergenerational Model of Domestic Violence,” *Journal of Population Economics*, volume = 17, pages = 311–329.
- PSACHAROPOULOS, G., AND H. PATRINOS (2004): “Returns to Investment in Education: A Further Update,” *Education Economics*, 12(2), 111–134.
- RAINER, D. A. . H. (2013): “Economic Abuse: A Theory of Intra-household Sabotage,” *Journal of Public Economics*, volume = 97, pages = 282–295.
- RAO, G. B. . V. (2002): “Terror as a Bargaining Instrument: A Case Study of Dowry Violence in Rural India,” *American Economic Review*, 92(4), 1029–1043.
- SAUNDERS, D. A. . D. (2003): “Leaving and Abusive Partner: An Empirical Review of Predictors, the Process of Leaving, and Psychological Well-Being,” *Trauma, Violence Abuse*, 4(2), 163–191.
- STEVENSSON, B., AND J. WOLFERS (2006): “Bargaining in the Shadow of the Law: Divorce Laws and Family Distress,” *Quarterly Journal of Economics*, 121(01), 267–288.
- (2007): “Marriage and Divorce: Changes and Their Driving Forces,” *Journal of Economic Perspectives*, 21(02), 27–52.
- STRUBE, M. (1998): “The Decision to Leave an Abusive Relationship: Empirical Evidence and Theoretical Issues,” *Psychological Bulletin*, 104(2), 236–250.
- TAUCHEN, H., AND D. WITTE (1995): “The Dynamics of Domestic Violence,” *American Economic Review*, 85(2), 414–418.
- TERRA, C., O. CHARLOT, AND F. MALHERBET (2015): “Informality in Developing Economies: Regulation and Fiscal Policies,” *Journal of Economic Dynamics and Control*, 51, 1–27.
- TIEFENHALER, A. F. . J. (1996): “Domestic Violence: The Value of Services as Signals,” *American Economic Review*, volume = 86, number = 2, pages = 274–279.

- (1997): “An Economic Analysis of Domestic Violence,” *Review of Social Economic*, 55, 337–358.
- ULYSSEA, G. (2010): “Regulation of Entry, Labor Market Institutions and the Informal Sector,” *Journal of Development Economics*, 91(01), 87–99.
- VANWALLENDAEL, D. T.-S. . A. C. . L. C. . L. (2000): “Leaving an Abusive Dating Relationship: An Investment Model Comparison of Women who Stay versus Women who Leave,” *Journal of Social and Clinical Psychology*, 19(2), 161–183.
- WATTS, S. V. . C. (2009): “How does Economic Empowerment Affect Women’s Risk of Intimate Partner Violence in Low and Middle Income Countries? A Systematic Review of Published Evidence,” *Journal of International Development*, 21(5), 577–602.
- WEISS, Y. (1997): *The Formation and Dissolution of Families: Why Marry? Who Marries Whom? and What Happens in Divorce?* Amsterdam: North Holland.
- WILSON, D. A. . H. R. . J. W. . T. (2017): “The Gender Wage Gap and Domestic Violence,” *Economic Journal*, *Forthcoming*.
- WONG, R. F. . J. C. (2014): “Divorce Risk, Wages and Working Wives: A Quantitative Life-Cycle analysis of Female Labour Force Participation,” *The Economic Journal*, *volume = 124, number = 576 pages = 319–358*.
- YVENGAR, R. (2009): “Does the Certainty of Arrest Reduce Domestic Violence? Evidence from Mandatory and Recommended Arrest Laws,” *Journal of Public Economics*, *volume = 93, number = 1, pages = 85–98*.
- ZIMMERMAN, P. (2004): “A Theoretical Analysis of Alcohol Regulation and Drinking-Related Economic Crime,” *European Journal of Law and Economics*, (18), 169–190.